

Operação de Fiscalização Preventiva promove regularidade de atividades relacionadas à flora em Minas

Ter 14 novembro

A [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), por meio da Unidade Regional de Fiscalização Zona da Mata (Urfis ZM), realizou, de 6 a 10/11, operação de fiscalização preventiva para verificar a regularidade do registro obrigatório e da renovação do cadastro de pessoas físicas e jurídicas envolvidas em atividades relacionadas à flora.

A operação verificou 27 empreendimentos nos municípios de Coimbra e Teixeiras, na Zona da Mata, e teve como propósito assegurar o cumprimento das normas vigentes e a proteção ambiental.

Durante a ação, a equipe de fiscalização percorreu estabelecimentos comerciais para orientar os envolvidos. Foram verificados os registros obrigatórios e a situação cadastral de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na atividade.

“Durante a operação ocorreu a entrega de material gráfico desenvolvido para informar sobre a regularização da atividade junto ao órgão ambiental e os impactos positivos que a conformidade com as normas ambientais pode trazer para o meio ambiente e para as próprias atividades econômicas”, comenta o coordenador da operação, Alessandro Albino Fontes.

Preservação ambiental

O coordenador da operação ressalta “a importância da ação preventiva para evitar práticas prejudiciais ao meio ambiente, como o desmatamento ilegal, o consumo ilegal de produtos e de subprodutos da flora nativa e o uso inadequado de motosserras, sem as devidas autorizações”.

Além disso, ele enfatiza que a ação visa estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor, contribuindo para a preservação da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio ambiental.

Os resultados da operação indicam que a maioria dos estabelecimentos fiscalizados estava em desconformidade com as normas estabelecidas. Aqueles que apresentaram pendências foram orientados sobre os procedimentos necessários para regularização, e medidas corretivas serão adotadas de acordo com a legislação vigente.

“A fiscalização preventiva reforça o compromisso de Minas Gerais com a preservação ambiental e a busca por um desenvolvimento econômico sustentável. A expectativa é a de que a conscientização gerada por essa ação contribua para a manutenção de práticas responsáveis e que as atividades ocorram dentro da legalidade”, diz Alessandro.